

Pedagogia vocal e feminismos: análises e discussões para o ensino dos cantos populares do Brasil

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO ORAL EM SIMPÓSIO TEMÁTICO

SUBÁREA: ST 11 (Música, Corpo, Gênero e Sexualidade)

Simone Franco Valle
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Simonefrancovalle@gmail.com

Resumo. O presente trabalho busca compreender como determinadas dinâmicas de opressão de gênero podem atravessar práticas de ensino vocal, particularmente em contextos ligados ao canto na música brasileira popular (Ulhôa, 1999). O objetivo é identificar mecanismos de silenciamento e normatização presentes nas práticas pedagógicas vocais, bem como propor estratégias que favoreçam uma educação vocal comprometida com a agenda feminista decolonial. A pesquisa se fundamenta em um referencial teórico que entrecruza os campos da educação, da educação musical e dos estudos de gênero e sexualidade. São utilizadas frentes teóricas como feminismo decolonial (Lugones, 2020), pensamento decolonial (Mignolo, 2017) e discussões envolvendo ensino de música como cultura (Queiroz, 2017). Os resultados apontam para a permanência de lógicas patriarcais e coloniais nos modos de ensinar e avaliar o canto, privilegiando um ideal vocal normativo, eurocentrado e masculinista. Como conclusão, defendemos a construção de práticas pedagógicas vocais que acolham a pluralidade de vozes e subjetividades, tensionem os padrões hegemônicos e promovam espaços de escuta, criação e resistência nas experiências educativas em música.

Palavras-chave. Pedagogia vocal, feminismo, canto popular, educação musical.

Vocal Pedagogy and Feminisms: Reflections on the Teaching of Brazilian Popular Singing

Abstract. This study seeks to understand how certain dynamics of gender oppression may permeate vocal teaching practices, particularly in contexts related to singing in Brazilian popular music (Ulhôa, 1999). The aim is to identify mechanisms of silencing and normalization present in vocal pedagogical practices, as well as to propose strategies that support a vocal education committed to the decolonial feminist agenda. The research is grounded in a theoretical framework that intersects the fields of education, music education, and gender and sexuality studies. Theoretical approaches such as decolonial feminism (Lugones, 2020), decolonial thought (Mignolo, 2017), and discussions on music education as culture (Queiroz, 2017) are mobilized. The results point to the persistence of patriarchal and colonial logics in the ways singing is taught and assessed, often privileging a normative, Eurocentric, and masculinist vocal ideal. As a conclusion, we advocate for the construction of vocal pedagogical practices that embrace the plurality of voices and subjectivities, challenge hegemonic standards, and promote spaces of listening, creation, and resistance within music education experiences.



Keywords. Vocal pedagogy; Feminism; Brazilian popular singing; Music education.

Este estudo pretende investigar de que maneiras a opressão de gênero acontece na pedagogia vocal contemporânea no Brasil. Nossa análise considera fundamental reconhecer a legitimidade de abordagens de diferentes linguagens musicais populares produzidas no país, ainda que estas não caibam no que constitui esteticamente o rótulo MPB. Neste sentido, adotamos aqui a expressão cantos populares do Brasil em confluência com o que Ulhôa (1999) cunhou como música brasileira popular. Assim, pretendemos desvelar crenças, valores, epistemologias e práticas que respaldam a economia masculinista operante no meio. (Requião, 2018; Ribeiro, Ponciano, 2018; Prado, 2019; Green, 2017; Geraldo, 2022; Alves, 2023)

Em trabalhos anteriores, investigamos traços de colonialidade na pedagogia vocal no Brasil (Valle, 2023). Em uma etapa seguinte (Valle, 2024), realizamos uma revisão bibliográfica de autoras feministas com o intuito de fundamentar criticamente o debate sobre gênero e sexualidade na educação vocal. Este artigo utiliza o feminismo decolonial como arcabouço teórico com ênfase no conceito de colonialidade de gênero desenvolvido por Maria Lugones (2020). Acreditamos que essa perspectiva nos permite questionar práticas pedagógicas naturalizadas e propor caminhos conectados com a realidade brasileira.

Ancoramos nossas investigações também em pressupostos do pensamento decolonial, mobilizando conceitos como colonialidade do poder, do saber e do ser; a crítica aos discursos eurocentrados; e a noção de colonialidade como padrão de poder global oculto sob a lógica da modernidade (Mignolo, 2017). Dialogamos ainda com debates contemporâneos da educação musical, especialmente com abordagens que compreendem o ensino de música como cultura (Queiroz, 2017; Valle, 2023), e que valorizam a pluralidade das práticas musicais. Não é objetivo deste artigo aprofundar individualmente os conceitos apresentados¹, mas utilizá-los como lentes de análise para compreender as estruturas patriarcais presentes no campo da pedagogia vocal e propor caminhos de ruptura e reinvenção a partir de práticas situadas.

¹ Sobre isso ver Valle (2023)



Como foi que eu cheguei aqui? Caminhos de pesquisa

Acredito que seja comum que pessoas que escolham estudar a opressão de gênero o façam não apenas por interesse teórico, mas porque, em algum momento, sentiram em seu próprio corpo uma ferida profunda. Faca cravando a carne, sufocamento, silenciamento, falta de ar, estrangulamento. Roubaram o meu direito de existir. Este artigo é (mais uma) rasteira dada na morte. Vou aprendendo o jogo de corpo com as autoras aqui citadas, assim como com Elza, Gal, Elizeth, Dona Ivone, Dona Onete, Clementina, Jovelina² entre tantas outras mulheres potentes...

Foi através do fio da oralidade, bem como do conhecimento contra hegemônico e da capacidade crítica proporcionados por ela, que resolvi desenvolver a pesquisa de doutorado [em andamento] sobre uma pedagogia vocal para cantos populares do Brasil comprometida com a emancipação dos sujeitos. Embora fascinada pelas discussões sobre cultura popular e pela argumentação dos autores (em maioria homens), fui percebendo que, apesar de comprometidos com temas que envolvem justiça social, pouco se falava de opressão de gênero, e que, quando as mulheres eram citadas, estavam emaranhadas a redes patriarcais que jamais permitirão que essas mulheres sejam consideradas sujeitos/ humanos, como são os homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, cristãos, burgueses, ocidentais (Lugones, 2020; Vieira, 2024; Nuñez, 2023).

Essa afirmação pode soar forte para os recém chegados à discussão, mas sintetiza a argumentação de autoras feministas que buscam denunciar sobre como a opressão de gênero sustenta a ordem mundial moderna, capitalista, colonial, racista, patriarcal³. Tal opressão está institucionalizada em instâncias sociais como família, escola, Estado e é introjetada nos sujeitos forjando subjetividades, o que faz com que a violência se perpetue inclusive no campo simbólico. Desta maneira, minha primeira investida foi pensar sobre como podemos afirmar nossa legitimidade enquanto sujeito através do canto. Um gesto de investir no processo sempre aberto de busca e (re)invenção da voz própria. Neste trajeto, me deparei com o trabalho de Paulo Freire (1970), que desenvolveu a *Pedagogia do Oprimido* — sem dúvida fascinante e

² Elza Soares, Gal Costa, Elizeth Cardoso, Dona Ivone Lara, Dona Onete, Clementina de Jesus, Jovelina Pérola Negra – cantoras brasileiras.

³ As opressões de gênero assumem diversas formas e atingem diferentes corpos de maneiras singulares. Este estudo, contudo, realiza um recorte específico, concentrando-se nas violências e silenciamentos dirigidos às mulheres, especialmente aquelas racializadas e marginalizadas.



potente. No entanto, foi em hooks (2013), ao comentar esse mesmo texto, que encontrei a síntese do meu desconforto: a categoria “oprimido” aparece descolada da opressão de gênero, sugerindo um sujeito universal que, na prática, é marcado pelo masculino⁴.

Lugones (2020) desenvolveu uma crítica feminista ao pensamento decolonial que, apesar de conceber reflexões fundamentais para uma compreensão de mundo que questiona a submissão da América Latina à Europa e Estados Unidos, acaba por reproduzir, segundo a autora, seus valores e mecanismos eurocêntricos, capitalistas e patriarcais nas abordagens sobre gênero. A autora tornou-se uma importante voz do feminismo decolonial ao evidenciar como o sistema moderno/colonial de poder está intrinsecamente ligado ao que ela denomina de “sistema de gênero colonial”, que produz e mantém a subordinação de corpos negros, racializados, femininos e dissidentes por meio da desumanização e da imposição de papéis hierárquicos. Mesmo em meios progressistas, artisticamente e politicamente engajados, percebo que minha voz, e a de outras mulheres, ainda é silenciada. Por vezes, há um desconforto apenas por estar presente. Aos poucos, fui entendendo que a questão vai muito além de ser capaz de oferecer uma excelente performance em determinado contexto musical. Foi então que compreendi: não é possível falar em emancipação de sujeitos pelo canto sem enfrentar as estruturas de opressão que se entrelaçam: gênero, raça, classe, etnia, colonialidade etc. Traduzo essa vivência na frase: cantar não é, necessariamente, o mesmo que ter voz.

Opressão de gênero e contextos artístico-culturais

A tarefa de descrever como a opressão de gênero aparece nos contextos culturais ligados aos cantos populares do Brasil é feita aqui de maneira introdutória pela complexidade e abrangência do tema. Após uma breve exposição sobre o ranço patriarcal na música brasileira na contemporaneidade, aprofundaremos a discussão sobre algumas maneiras como o patriarcado afeta a pedagogia vocal. Para tal análise usaremos como referência as pesquisas de Requião (2021) que estudou o trabalho das mulheres na música no Rio de Janeiro a partir da década de 1980, e destaca que os espaços de decisão e comando no campo são amplamente dominados por homens; Duarte Geraldo (2021) que investiga as possíveis causas da escassa

⁴ Hooks conta que chegou a conversar com Paulo Freire sobre essa questão. Segundo a autora, Freire reconheceu a lacuna em seu trabalho e a incentivou a escrever criticamente sobre. Apesar das importantes críticas, hooks afirma grande admiração pelo pensamento e produção de Paulo Freire.



presença de mulheres no pagode dos anos 1990; Ribeiro e Ponciano (2020) que analisam como o discurso misógino é recorrente na música popular do Brasil no século XX; Velon (2022) que mostra como, apesar da presença de muitas cantoras na música brasileira, há uma sobrevalorização do papel masculino como “gênio criador”.

Assim, é possível identificar diferentes formas de violência de gênero nos contextos culturais ligados à música popular do Brasil. Elas se manifestam na invisibilização e hierarquização de saberes e presenças associadas ao que se convencionou chamar de “universo feminino”; nos conteúdos misóginos presentes nas letras das canções; na hiperssexualização e exotização de corpos femininos e racializados; bem como na invisibilização histórica e sistemática das mulheres musicistas.

Além disso, essas violências aparecem na precarização das condições de trabalho, na naturalização da sobrecarga de trabalho feminina, nos casos de assédio, na desigualdade salarial e na desqualificação simbólica de suas competências. Soma-se a isso a infantilização e a redução da mulher a estereótipos como “corpo bonito” ou “voz doce”, o que apaga sua agência e criatividade. Tudo isso opera, ainda, atravessado pelo racismo estrutural, que se entrelaça ao machismo e relega as mulheres negras a posições ainda mais marginalizadas, entre outras violências naturalizadas nesse campo.

Segundo Lerner (2019), o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis, e promove uma experiência de privação vivenciada coletivamente por mulheres que têm sua condição social subalternizada. Trabalhos como os de Lugones (2020) e Tiburi (2022) evidenciam que o patriarcado estrutura o sistema capitalista de variadas formas como a invisibilização do trabalho doméstico e do trabalho reprodutivo. As autoras afirmam ainda que, longe de ser uma associação natural, a família ocidental é, além de locus de reprodução de valores burgueses e perpetuação de opressões, fábrica de trabalhadores, o que deixa ainda mais evidente que, apesar do apagamento, as atividades que abrangem o campo do cuidado – relegado às mulheres como “instintivo” pelo discurso hegemônico patriarcal, são um trabalho e, na lógica a qual está inserido, servem ao sistema capitalista.

O campo da música tem sido muitas vezes espaço de perpetuação de tais valores. Requião (2021) evidencia que tal estrutura é presente no meio musical onde mulheres são sub-representadas como compositoras, regentes, arranjadoras ou produtoras. A autora afirma que o



meio artístico opera sob lógicas masculinistas de validação e prestígio, que silenciam ou minimizam a autoria feminina. Afirmam ainda que a memória e história oficial são forjadas a partir de narrativas machistas, brancas e elitizadas e apaga a contribuição de mulheres, especialmente as negras e periféricas. Sobre isso, Duarte Geraldo afirma que “no pagode, os acordos patriarcais se repetem” (Duarte Geraldo, 2021) e que, apesar do estilo musical promover visibilidade a homens negros e periféricos, as mulheres foram mantidas à margem. Nesse contexto de ampla divulgação midiática do pagode, mesmo com sua associação à leveza, ao romantismo e à celebração popular, evidenciava-se a reprodução de discursos marcados por estruturas patriarcais, naturalizados tanto nas letras quanto nas performances, que reforçavam a exclusão feminina e perpetuavam uma lógica de silenciamento e objetificação. Ribeiro e Ponciano ao analisarem letras do cancioneiro popular afirmam que muitas vezes, as críticas ao sistema e a empatia com relação ao sofrimento do povo periférico têm como foco principal o homem, enquanto as mulheres permanecem à margem de alguns projetos libertários⁵. Os autores apontam que muitas canções ensinam o ciúme, o controle e a posse sobre o corpo da mulher como sinônimos de amor. Essas narrativas além de forjarem imaginários, também se tornam base para práticas concretas de violência simbólica e física, operando como escolas de gênero.

Opressão de gênero na educação:

Autores como Louro (1997), Alves (2023), Hernández Romero (2010) destacam que a escola reproduz a cisheteronormatividade através de mecanismos como: práticas tradicionais que reforçam hierarquias e opressões reproduzindo submissão e obediência para meninas; utilização de materiais didáticos que marginalizam mulheres (tratando-as como exceção ou curiosidade); produção de sujeitos normalizados, pela via da disciplina e da vigilância; ausência de representatividade e perpetuação de estereótipos de gênero e de orientação sexual. Os autores denunciam uma pedagogia da sexualidade e mecanismos de funcionamento que envolvem a construção da heterossexualidade como norma natural; a invisibilização de outras formas de sexualidade, tratadas como “antinaturais”; a utilização de tecnologias de governo que, quando

⁵ Ao analisarem a letra da canção *Mulheres Vulgares*, os autores afirmam que “as mulheres encontram-se fora do projeto libertário traçado pelo grupo Racionais MC’s.” (Ribeiro; Ponciano, 2018, p. 21)



introjetadas pelos estudantes, se transformam em autodisciplina e autogoverno e influenciam seus modos de ser e viver a própria sexualidade.

Tais práticas se transformam em uma pedagogia do insulto aplicada a indivíduos que frustram a expectativa de gênero socialmente imposta. Essa pedagogia utiliza a exclusão e a intimidação como ferramentas de heteronormatividade compulsória e controle de gênero. Assim, o patriarcado educa para o silenciamento da voz, do corpo, da memória e da potência das mulheres.

Alves (2023) aponta que a desigualdade de gênero presente na educação de forma ampla também assume contornos específicos na educação musical. Essa afirmação dialoga diretamente com o trabalho de Green (2017), que propõe conceitos como “patriarcado musical” e “divisão sexual dos instrumentos”, e evidencia como estruturas patriarcais se manifestam no campo. Entre os aspectos destacados pela autora estão a associação do que se convencionou chamar de feminino à natureza, ao corpo e à noção de “naturalidade”. Como se cantar fosse uma manifestação espontaneamente feminina por envolver apenas o corpo, em oposição à técnica e à razão, historicamente ligadas ao masculino. Green também chama atenção para como o binarismo corpo/mente reforça papéis de gênero, associando mulheres à emoção e à fisicalidade, enquanto homens são vinculados ao pensamento, à criação e ao poder. Além disso, aponta a recorrente atribuição da criatividade ao masculino, o apagamento histórico de mulheres compositoras e o fato de que repertórios, conteúdos e linguagens trabalhados nas aulas de música seguem privilegiando homens brancos, heterossexuais e de classe média ou alta.

Opressão de gênero na pedagogia vocal:

Consideramos fundamental reforçar a afirmação de que as conexões entre pedagogia vocal e opressão de gênero feitas neste artigo têm caráter introdutório e que o assunto será aprofundado em trabalhos futuros. De acordo com nossa experiência como aluna, professora e pesquisadora na área, assim como com a bibliografia levantada para esta pesquisa, a pedagogia vocal no Brasil carrega fortes traços cisheteronormativos que estão diretamente relacionados aos traços de colonialidade presentes no meio. Em pesquisa anterior destacamos os seguintes sinais de colonialidade na pedagogia vocal.

A abordagem vocal a partir de referenciais técnico-estético-teóricos restritos, onde as vozes são classificadas num sistema que está fortemente imbricado a



um dado contexto cultural; um treinamento técnico considerado como “padrão” focado em competências vocais que, fora do repertório do qual se derivam, se tornam pouco úteis; a escolha (e recusa) de timbres e fraseados musicais; a predileção por ornamentos como vibratos e melismas em detrimento de outros considerados como “erro”, “quebra”, “desafinação” ou “ruído”; a escolha da tessitura vocal onde se desenvolverá um repertório, escolha esta que tende a excluir ampla possibilidade de alturas e sonoridades, a depender do que se valoriza no contexto cultural ao qual a canção se insere; a forma como se orienta posturas corporais “desejáveis” para o canto técnica e expressivamente; etc. (Valle; Mariz, 2023, p. 3)

O trabalho identificou ainda lacunas nas abordagens pedagógicas que também podem ser relacionadas à traços coloniais nas filosofias que respaldam a educação. Entre elas:

Poucos trabalhos de canto no âmbito coletivo (a não ser o trabalho com coros); menor espaço para o diálogo crítico junto aos alunos; poucas disciplinas abordando o corpo de forma holística; pouco espaço para dinâmicas que envolvam experimentação e criação; a crença de que a expressividade e a criatividade só podem existir posteriormente a um domínio técnico; isolamento e supervalorização da técnica vocal em detrimento de outros aspectos também fundamentais no fazer artístico, entre outros. Formam-se, assim, novos cânones técnico-estéticos que, ainda que referenciados em manifestações populares, não dão conta da pluralidade de cantares e tendem a excluir ou silenciar a diversidade cultural. (Valle; Mariz, 2023, p. 3)

Traços da normatividade patriarcal identificados na pedagogia vocal contemporânea:

1) Uma educação vocal centrada em modelos técnicos rígidos e excludentes

Com isso queremos destacar que, para além de um conteúdo feminista (ou uma pauta específica do movimento), há éticas, epistemologias e modos de ação feministas que compreendem que o autoritarismo, as relações pautadas em tecnicismo, impessoalidade e exclusão não contribuem para a realidade comunitária e socialmente responsável a qual acreditamos ser fundamental para a melhoria das relações e condições de vida dos sujeitos.

2) O corpo instrumentalizado, desumanizado, dissociado da experiência e da emoção

Não raramente vemos a técnica sendo alçada a posição central nas aulas de canto. A dissociação entre experiência e emoção e o automatismo dos sujeitos favorece à estrutura capitalista, uma vez que, tais práticas podem promover uma sensação de anestesia e ausência de consciência nos envolvidos, tornando-os menos aptos a reflexões críticas e mais vulneráveis tanto para o consumo, quanto para o trabalho inconscientes.



3) A não consideração da diversidade de experiências sociais vividas por corpos racializados, femininos, trans e dissidentes.

A escuta do corpo e da subjetividade ainda é um território marginal na maioria das abordagens pedagógicas formais de canto. Relacionado a isso está o fato de que pouco se discute gênero, raça e classe na formação de cantores, regentes e educadores vocais. (Mariz, 2014; Valle, 2023; Sandroni, 2017; Queiroz, 2020) O que faz com que tabus sociais e preconceitos culturais se reproduzam no campo, ainda que nas aulas de professores comprometidos com discussões sobre diversidade e inclusão. A ausência da abordagem da temática em suas formações pode ocasionar uma lacuna em sua prática profissional.

4) Supremacia da tradição erudita ocidental e/ou de métodos franquizados ligados à estética do canto comercial norte-americano, acompanhada da exotização das práticas vocais de outras matrizes culturais (Mariz, 2014; Valle, 2023; Machado, 2012; Piccolo, 2003; Sandroni, 2017; Queiroz, 2020)

A valorização de estéticas vocais delineadas por técnicas específicas e descoladas dos repertórios e ambientes culturais é uma violência colonial e heteronormativa. Assim, valoriza-se um tipo idealizado de voz “limpa”, “potente”, “colocada”, com projeção e ressonâncias específicas e desqualifica-se práticas vocais afrobrasileiras, indígenas etc. Essas são tidas como “não técnicas” ou “folclóricas”. A exotização das práticas vocais de matriz afrobrasileira, como os pontos de umbanda, o canto em blocos afro, a tradição do jongo e do maracatu entre outros, constitui não apenas um processo de desqualificação, mas também de apagamento simbólico dessas expressões, negando-lhes a validação de conhecimento legítimo e técnico. Assim, a pedagogia vocal eurocentrada confunde padrão técnico com neutralidade, quando, na verdade, impõe uma estética racializada, generificada e de classe. Tais considerações recaem com ainda mais peso sobre a experiência vocal de mulheres.

6) Imposição de normas de gênero e sexualidade que enquadram a voz em categorias binárias e hierarquizadas.

Mota *et al* relatam a problemática da classificação tradicional de vozes nas dinâmicas de coros. No universo da música popular tal classificação foi questionada por (Mariz, 2021, sp), uma vez que servem a lógica e repertórios que não correspondem à realidade e



demandas do cantor popular. Já a crítica a este sistema de classificação a partir dos debates de gênero e sexualidade argumenta que ele pode funcionar como instrumento para a instauração de uma normatividade de gênero e sexualidade que regula o corpo e a voz, apagando expressões dissidentes. Na prática, esse modelo pode promover situações como professores corrigindo “voz de menina” em meninos ou “voz de menino” em meninas como se fosse um erro técnico. Por outro lado, no próximo tópico vemos uma forma alterna, e também criticável, de lidar com a questão.

7) Tendência a encaminhamentos técnico-estéticos respaldados por valores masculinistas

Encontramos no trabalho de Velon (2022) a seguinte afirmação,

Em entrevista televisiva em 2010, Mara Behlau [fonoaudióloga] apresentou diferenças entre a comunicação feminina e a masculina e afirmou que ‘do ponto de vista do impacto, para mostrar independência, autoridade’, uma mulher deve explorar uma voz falada mais grave. [Naquele ano], nove de cada dez mulheres que a pesquisadora atendia, desejavam falar mais grave. (Behlau, 2010 *apud* Velon, 2022, p. 306)

Entendemos que a luta feminista se dá também na dimensão estética, e que por sua característica plural, deve questionar e reposicionar os símbolos de poder instituídos culturalmente, e que em geral estão impregnados por estruturas epistemológicas que sustentam a violência de gênero⁶.

8) Desconexão entre a prática vocal e os contextos históricos, culturais, afetivos e políticos das vozes marginalizadas.

Conforme discutimos amplamente em trabalhos anteriores (Valle, 2023), a lógica colonial de silenciamento e hierarquização dos saberes separa técnica de cultura e neutraliza o potencial político do canto. Este fato relega a produção artística da mulher, especialmente das mulheres pobres e negras, a um espaço de subordinação, ao mesmo tempo em que tenta dissociar suas práticas vocais da rica rede cultural e política que as sustenta. A partir dessa perspectiva, a pedagogia vocal se torna desconectada da dimensão histórica e afetiva, desconsiderando o contexto de resistência, identidade e memória que as vozes carregam.

⁶ Esta é uma discussão ainda pouco explorada no debate vocal. O recorte será aprofundado em trabalhos futuros.



9) Ausência de vozes no currículo oficial

O silenciamento de vozes, especialmente aquele que deriva das marcas deixadas pela escravidão, pobreza e racismo - feridas coloniais ainda abertas em nossa sociedade, é uma cicatriz que continua a moldar as dinâmicas de poder e marginalização. A invisibilização do legado vocal de cantoras populares como fontes legítimas de conhecimento vocal são traços de violência de gênero no campo, assim como a estigmatização de sotaques regionais e modos de emissão que fogem ao “português neutro” ou à dicção normativa. Assim, a pedagogia vocal a serviço do projeto patriarcal colonial silencia vozes que poderiam ser expressão de memória, potência e libertação.

Voz de mulher

É possível perceber que algumas argumentações operam por valores patriarcais. O uso de expressões como “só canta”, evidencia a desqualificação simbólica reprodutora do discurso hegemônico. Se, em determinados contextos, a nudez feminina é instrumentalizada pelo patriarcado como objeto de consumo e controle, em outros pode se constituir como gesto de afirmação e libertação. A crítica à associação entre mulher, corpo e natureza, quando desprovida de uma análise mais complexa, corre o risco de reforçar padrões moralistas e masculinistas, ignorando o potencial político do corpo feminino como território de resistência. Recusar essa ambiguidade é mais uma forma de aprisionar a mulher às normas que se pretende justamente criticar. A moral hegemônica respaldada por valores cristãos e liberais que normatiza comportamentos raramente é questionada. Com isso, deixa-se escapar um ponto importante na análise: a relação entre **voz, corpo e poder**.

Considero irônico o fato de que a dona da voz - aquela artística que encanta - não tenha voz - aquela que se afirma no mundo, faz escolhas, transforma e é respeitada. A triste ironia está no fato de usar a voz sem poder expressar as próprias ideias e sentimentos. Sobre isso, tendo experienciado a potência revolucionária da performance artística, e tendo escutado os sopros de tantas mulheres, algo grita que nem só de reproduções e silenciamentos vivem as cantoras. Dessa forma, em concordância com as contribuições dos autores aqui trazidas que evidenciam a forte presença de valores e práticas patriarcais na música popular do Brasil, instiga-nos investigar sobre como e por quais mecanismos tais valores foram subvertidos via performance por certas cantoras e seus públicos. Acreditamos que as possibilidades



emancipatórias que a performance é capaz de proporcionar são dimensões que devem ser exploradas pela pedagogia vocal.

Pedagogia vocal e feminismo – Apontamentos de práticas:

Este é um recorte inicial, uma primeira aproximação às possibilidades de alinhamento da pedagogia vocal para cantos populares do Brasil com as agendas feministas. Os tópicos a seguir representam as principais reflexões e sugestões que emergiram até o momento, e que serão aprofundadas e ampliadas em trabalhos futuros. Destacamos:

- 1) O desenvolvimento de uma escuta ética e política das experiências de vida das mulheres;
- 2) A valorização de suas narrativas orais como produção de conhecimento;
- 3) O reconhecimento de seu trabalho artístico como trabalho com valor social;
- 4) O incentivo à criação de redes de apoio e resistência entre mulheres;
- 5) O questionamento de hierarquias instituídas entre saberes e práticas;
- 6) A inserção crítica dos temas de gênero e sexualidade no currículo e práticas pedagógicas;
- 7) A superação da ideia de “neutralidade” na prática docente; entendendo o ensino como atravessado por valores e relações de poder;
- 8) A valorização de epistemologias feministas em suas várias vertentes;
- 9) Abordagens que considerem o corpo de forma holística e trabalhem para uma emancipação vocal, corporal e simbólica;
- 10) A valorização do percurso de aprendizagem e não apenas do produto;
- 11) A reconexão consigo e com o(s) outro(s) por meio da escuta e da prática vocal partilhada;
- 12) A integração de saberes interdisciplinares na construção de uma pedagogia vocal ampla e sensível;
- 13) A criação de espaços seguros e acolhedores para vozes dissidentes (que resistem, inventam e desobedecem).

Abertura de caminhos

A discussão que une pedagogia vocal para cantos populares do Brasil e feminismos trazida neste artigo tem caráter exploratório. A conexão entre os campos é uma frente de estudos capaz de promover melhorias significativas na experiência com o canto, especialmente por ajudar a recobrar seu caráter de enunciação política e emancipatória. A consciência sobre de



que maneira os mecanismos patriarcais agem na educação musical e vocal, perpetuando violências, é crucial para que os profissionais do campo possam tornar suas práticas cada vez mais comprometidas com a transformação de estruturas opressoras e afirmação de pessoas.

Referências

- ALVES, Aldrey Cristine. As marcas da desigualdade a de gênero na escolarização e educação musical. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- ARROYO, Margarete. Mundos musicais locais e educação musical. Em Pauta, v. 13, n. 20, 2002, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970. 107p.
- GERALDO, Nathália Maria Freitas Duarte. Machismo e racismo na música: as mulheres negras no pagode dos anos 1990. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.
- Green, L. (2017). Identidade de Género, experiência musical e escolaridade. *Revista Música, Psicologia E Educação*, (2), 47–64. <https://doi.org/10.26537/rmpe.v0i2.2401>
- Hernández romero, Nieves. A influência da educação musical na transmissão de papéis sociais associados ao gênero. Madrid: Universidad de Alcalá, Departamento de Didáctica, 2010.
- hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.
- hooks, b. (2006). *Teoria feminista: uma introdução*. Editora Rosa dos Tempos.
- LERNER, Gerda. A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.
- MACHADO, Regina. *Da intenção ao gesto interpretativo: análise semiótica do canto popular brasileiro*. São Paulo, 2012. 192 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- MARIZ, Joana Souza de. *Entre a expressão e a técnica: a terminologia do professor de canto - um estudo de caso em pedagogia vocal de canto erudito e popular no eixo Rio-São Paulo*. São Paulo, 2013. 180 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes, 2013. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/110657>>
- MARTINS, Larissa Papa Nogueira. "O Grito da 'Mulher do Fim do Mundo': Feminismo Descolonial, Subjetividades e Rebeldias na Vida e Obra de Elza Soares (1930–2022)." Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6187>. Acesso em: [janeiro de 2025].
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do sul*, Foz do Iguaçu/Paraná, 2017, p. 12-32, 2017. Originalmente publicado em BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. 1a ed. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014. Tradução de Marcus de Jesus Oliveira.



MOTA, Yanaêh Vasconcelos; OLIVEIRA, Mário André Wanderley; BARBOSA, Francisco Ernani de Lima; SAMPAIO, Michel Vincent de Oliveira. Gênero e sexualidade na educação musical escolar: vamos pensar juntas? *Revista Música e Educação Brasileira*, v. 13, n. 1, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33054/MEB131603>.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 40, p.2 – 31, 2023.

PICOLLO, Adriana Noronha. Canto popular brasileiro: a caminho da escola. 2003. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PRADO, Bruna Queiroz. **Para gritar o céu: o canto como desobediência feminina à cultura dos homens**. 2019. 1 recurso online (129 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1636853>. Acesso em: 27 fev. 2025.

QUEIROZ, L. R. S.; DANTAS, L. M.; MARINHO, V. M. O patrimônio musical imaterial brasileiro: reflexões a partir do bacharelado em Música brasileira popular da Universidade Federal da Paraíba. In COUTO, Ana Carolina Nunes do (Org). *A música popular do ensino superior: análises, reflexões e propostas para o século XXI*. São Paulo: Pimenta cultural, 2024. Capítulo 2, p. 52 – 83.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical é cultura: nuances para interpretar e (re)pensar a práxis educativo-musical no século XXI. *DEBATES | UNIRIO*, Rio de Janeiro, n. 18, p.163-191, 2017.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical e etnomusicologia: caminhos, fronteiras e diálogos. *Opus*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 113-130, 2010.

Requião, L. S. (2018). *Trabalho, música e gênero*. In *Música e gênero: reflexões sobre a produção e a recepção da música brasileira* (pp. 123-138). Editora Música e Cultura.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda; PONCIANO, Jéssica Kurak. "O discurso patriarcal através da música popular brasileira: uma análise das canções misóginas do século XX". *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 4, n. 1, p. 9–24, 15 ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/8121>. Acesso em: [novembro de 2024].

SILVA, Bruna Galani da; ZARPELON, Janiffer. Ecofeminismo: uma perspectiva de análise para as relações internacionais. In: Anais do XI Simpósio de Pesquisa e Iniciação Científica do UNICURITIBA. Curitiba: Centro Universitário Curitiba, 2019. p. 1-16. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/spic2019/219339-ecofeminismo--uma-perspectiva-de-analise-para-as-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

TIBURI, Márcia. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

VALLE, S. F.; MARIZ, J. S. Educação vocal é um fenômeno culturalmente situado. Reflexões pedagógicas para o ensino dos cantos de música popular brasileira. In XXXIII Congresso da ANPPOM, 2023, São João del Rei. Anais... Minas Gerais, 2023, p. 1 – 15. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2023/papers/1963/public/1963-7906-1-PB.pdf

VALLE, Simone Franco. Cantos populares do Brasil e outras epistemes: uma pedagogia vocal para a diversidade. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 34., 2024, Vitória. Anais [...]. Vitória: ANPPOM, 2024a. Disponível em:



https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2024/papers/2861/public/2861-10895-1-PB.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2025.

VALLE, Simone Franco. Do entoar de mundos à invenção de si: reflexões sobre o caráter de fala nos cantos de música popular brasileira. In: CONGRESSO DA ANPPOM, 34., 2024, Vitória. Anais [...]. Vitória: ANPPOM, 2024b. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2024/papers/2167/public/2167-10811-1-PB.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2025.

VALLE, Simone Franco. *Ensino dos cantos de música popular brasileira: perspectivas culturais e diretrizes pedagógicas*. Opus (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música), Vitória, v. 31, e253108, p. 1–16, 2025.

VELON, Marcela. "Brasil, o país das cantoras: Reflexões sobre colonialidade de gênero e canto popular brasileiro." Anais do VII SIMPOM, n. 7, 2022. Disponível em: <https://seer.unirio.br/simpom/article/view/12467>. Acesso em: [janeiro de 2025].

VIEIRA, Helena. **Feminismo Decolonial e Queer of Color: Crítica, Pensamento e Ação Política**. Curso ministrado online, [2024]. Disponível em: <https://www.sympla.com.br/login?redirect=%2Fsympla-play%2FKy34bCiW5zFmVOZWC6FUkx2AJgDQt45NzBSGc5IZtUM>. Acesso em: [janeiro de 2025].

